

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC/SP

Lucas Alves de Camargo

**Características das Comunidades Eclesiais de Base da cidade de Osasco
entre os anos de 1974-1985**

Monografia de Conclusão de Curso
Lato Sensu em História Sociedade e Cultura

São Paulo
2016

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC/SP

Lucas Alves de Camargo

**Características das Comunidades Eclesiais de Base da cidade de Osasco
entre os anos de 1974-1985**

Monografia apresentada ao Curso de Lato Sensu em História Sociedade e Cultura, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - COGEAE, como pré-requisito para a obtenção do título de Lato Sensu, orientada pela Professora Doutora Mariza Romero.

São Paulo – SP
2016

Agradecimentos

Agradeço ao departamento de história da PUC-SP e aos professores que tem acompanhado minha formação acadêmica desde a graduação, suas aulas e orientações estão contidas nestas páginas. Em especial, agradeço ao apoio e dedicação da orientadora desta pesquisa, a professora Mariza Romero. Sem ela este presente trabalho não teria sido possível.

Agradeço ao carinho e apoio incansável de meus pais Maria e Claudinei, que sempre fizeram o que puderam para custear e valorizar meus estudos. A minhas irmãs Camila e Júlia pelo apoio e amizade em todas as etapas da pesquisa. A minha doce Renata pela sua compreensão, carinho e incentivo.

Agradeço ao apoio da CAPES em seu auxílio ao custeio de meu curso de mestrado em História, na qual pude pesquisar a maior parte das bibliografias e fontes contidas neste trabalho.

Por fim, agradeço aos sujeitos históricos que dedicaram-se na luta por melhores condições de vida e justiça social. A experiência de luta que estabeleceram em Osasco no auge do regime ditatorial é o motivo maior de existência dessa pesquisa.

Resumo

Neste trabalho buscamos apresentar algumas características das comunidades eclesiais de base que se formaram na cidade de Osasco e que consolidaram movimentos reivindicativos entre os anos de 1974-1985. Esta temporalidade é marcada pelo processo de abertura do sistema político e pela ampliação de novos movimentos sociais cujas matrizes discursivas, assim como os espaços de ação política, se deslocaram para os bairros e paróquias da Igreja Católica. Buscamos elucidar as influências que o Concílio Vaticano II (1962-1965), a Segunda Conferência do Episcopado Latino Americano (1968), o arcebispado de Dom Paulo Evaristo Arns (a partir de 1970) e a propostas da Teologia da Libertação, tiveram para a formação de uma nova atuação dos leigos no interior da estrutura clerical, que acabou por consolidar uma nova relação entre a igreja e as bases, contexto que sustentou a formação de novos sujeitos coletivos no interior dos movimentos sociais de Osasco. Por fim, através de uma análise das Comunidades Eclesiais de Base, buscamos elucidar a articulação entre fé e religiosidade, as práticas e estratégias de ação, os modos como eram consolidados os coletivos de bairro e as formas como os sujeitos moldaram a sua experiência reivindicativa.

Palavras-Chave: Comunidades Eclesiais de Base, Osasco, igreja popular, movimentos sociais.

Sumário

Introdução	6
Capítulo 2 - Mudanças na Igreja: As novas propostas do Concílio Vaticano II	9
Capítulo 3 - A articulação da Igreja popular: Aspectos da Conferência de Medellín (1968)	14
Capítulo 4 - Novos posicionamentos da arquidiocese de São Paulo: O Arcebispado de Dom Paulo Evaristo Arns	18
Capítulo 5 - Influências da Teologia da Libertação para as CEBs	27
Capítulo 6 - Características das comunidades de Base da cidade de Osasco	31
Conclusões Finais	46
Referências Bibliográficas	48

Introdução

Neste presente trabalho buscamos analisar a experiência das comunidades eclesiais de base (CEBs) existentes na cidade de Osasco entre os anos de 1974-1985, buscamos compreender seus processos formativos, suas características, os significados que atribuíram para sua experiência coletiva, a relação estabelecida entre fé e atuação social e as práticas criadas no interior de novos movimentos sociais reivindicativos que eclodiram no período.

Para analisar tais fatores buscamos estabelecer um estudo de processos que possibilitaram a expansão das CEBs na América Latina e no Brasil. Buscamos compreender as mudanças que ocorreram no interior da estrutura da Igreja Católica, para entender as conexões com as novas formas de atuação que os leigos tiveram nas paróquias a partir da década de 1960.

Percebemos a igreja católica não como um bloco homogêneo, mas como um conjunto de coletivos e sujeitos que tecem complexas relações de poder. Entendemos que a cúria romana não é capaz de nivelar os diversos posicionamentos com relação à fé e a atuação social. Visualizamos essa igreja atravessada pelas contradições de classe, que são inerentes a todos os processos sociais, assim, pensamos os grupos existentes no interior da estrutura clerical em relação ao papel que desempenham no quadro das contradições materiais existentes.

A partir destes entendimentos, no primeiro capítulo buscamos analisar as mudanças de posicionamento da igreja com relação à atuação dos leigos a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965). Buscamos entender quais novidades foram trazidas para a estrutura clerical através dos documentos resultantes do concílio e quais foram as principais influências dos documentos conciliares para o pensamento católico.

No segundo capítulo propomos elucidar o surgimento de uma ramificação da Igreja católica na América Latina, marcada pelo seu caráter popular. Para isso, buscamos estabelecer uma análise da II Conferência do Episcopado Latino Americano de 1968 (Conferência de Medellín), de modo a buscar as discussões que motivaram o estabelecimento de uma nova igreja, marcada pela participação dos leigos, pela opção aos mais pobres e pelo incentivo a uma atuação social do clero, que possibilitasse o fim da extrema pobreza e das injustiças existentes.

No terceiro capítulo buscamos realizar uma análise das transformações que ocorreram na Arquidiocese de São Paulo, em relação às mudanças que ocorriam nas altas camadas de decisão do clero, a partir do início do episcopado de Paulo Evaristo Arns em 1970. Procuramos analisar as características do plano pastoral estabelecido por Arns e identificar o modo como a arquidiocese incentivou a atuação dos leigos a partir do trabalho de base realizado com as comunidades das regiões periféricas de toda a área metropolitana. Enfatizamos que Osasco era uma região episcopal da Arquidiocese de São Paulo, impactada pelas decisões tomadas pela cúria paulistana.

No quarto capítulo buscamos entender a influência da Teologia da Libertação para as Comunidades Eclesiais de Base. Estudamos o modo como as comunidades perceberam a teologia e as formas de incorporação das propostas teológicas em seu cotidiano de ação social. A partir desta problemática procuramos entender as relações entre fé e atuação social, fundamentais para o novo posicionamento tomado pelas comunidades da região de Osasco, na qual os sujeitos se posicionam como responsáveis pelo seu processo de libertação, através de sua atuação social e de seu compromisso com uma nova religiosidade.

No quinto capítulo efetivamos uma análise de aspectos da experiência das comunidades que se formaram na cidade de Osasco. Buscamos compreender suas práticas de ação coletiva, as formas de organização, a relação com outros coletivos. Procuramos estabelecer uma análise que abrangesse práticas comuns e características específicas para as comunidades, no interior de um contexto de mudanças que ocorriam não apenas na estrutura do clero, mas também dos sujeitos com relação a seus direitos. Buscamos, por fim, entender o modo como grupos de oração e sujeitos atuantes na vida religiosa da paróquia passaram a compor as novas fileiras de movimentos sociais reivindicativos, que eclodiram na cidade de Osasco durante a década de 1970, até meados da década de 1980.

Para compreender a formação, o funcionamento e a complexa atuação dos coletivos analisados, pesquisamos os documentos que compõem o fundo de arquivo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco, instituição criada em 1977 a partir do relacionamento entre movimentos pastorais, coletivos de base e entidades trabalhistas. A documentação da entidade está depositada no Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho (CEDIC-PUCSP).

Aliada a pesquisa com os documentos históricos buscamos consolidar uma análise bibliográfica de produções existentes sobre a Igreja católica e as comunidades eclesiais de base. Foram de grande importância as pesquisas de Ralph Della Cava, Ana Maria Doimo, Vera Silva Telles, Luiz Eduardo Eanderley, Cátia Regina Rodrigues e Paulo Sérgio de Jesus, cujos trabalhos estão citados ao longo do texto e indicados nas referências bibliográficas.

Com relação à metodologia de pesquisa, utilizamos como suporte teórico a produção historiográfica e a discussão epistemológica de Eduard Palmer Thompson, sobretudo com relação à noção de “experiência”, que desenvolveu no transcurso de suas obras¹. A partir de E. P. Thompson entendemos que as classes são construídas por valores, costumes, sentimentos e pela experiência dos sujeitos que as compõem. Buscamos compreender, no contexto das contradições existentes, a experiência constitutiva dos sujeitos pobres na formação de coletivos de atuação social. Ainda, são centrais em nossa análise o uso do conceito de Cultura de Raymond Williams²; Cultura Popular de Stuart Hall³ e Sujeitos Coletivos de Éder Sader⁴.

¹ Veja-se THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1981, p 180 a 201. & A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 vols, tradução de Denise Bottman. São Paulo, 2002.

² Veja-se: WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. RJ, Editora Zahar, 1979.

³ Veja-se: HALL, Stuart. “notas sobre a desconstrução do popular” Em Da diáspora: identidades e mediações culturais. UFMG, Belo Horizonte, 2003, p. 247/267.

⁴ Veja-se SADER, Eder, Quando Novos personagens entram em cena Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Capítulo 2 - Mudanças na Igreja: As novas propostas do Concílio Vaticano II

A partir da década de 1920 alguns setores da igreja passaram a buscar mudanças nos rituais e no posicionamento da estrutura do Clero quanto aos novos temas, vivenciados através das transformações econômicas, sociais, científicas e tecnológicas ocorridas no início do século XX. Questionavam a língua falada nas missas, postulavam a necessidade de análise da bíblia com a ajuda das ciências auxiliares, a revisão de dogmas e temas, a inserção e maior participação dos leigos. O método de ver-julgar-agir⁵ surgiu no interior desse contexto e representou alterações no modo de participação dos leigos em diversos projetos de ação católica⁶ que passaram a ocorrer. Formava-se um setor preocupado em manter a atuação da igreja sobre a realidade social e com a análise e modificação, através dos preceitos do evangelho, das condições de vida dos fieis. Estes sujeitos consolidaram discussões teológicas mais abertas ao pensamento contemporâneo, à leitura das fontes, e tentativa de dialogar com as ciências humanas, constituindo um contraponto aos defensores do ultramontanismo⁷. Como resposta, setores conservadores buscaram coibir a propagação das teologias renovadoras. Como aponta Cátia Rodrigues (2008), o embate de forças antagônicas no interior da igreja pôde ser observado quando o papa Pio X (1939-1950) condenou algumas propostas e puniu expoentes dessas teologias renovadoras. (RODRIGUES, pág. 21, 2008).

Neste período se formaram duas grandes alas no interior da igreja: um primeiro grupo formado por clérigos progressistas que buscavam modificar as bases católicas, com grande influencia de padres holandeses, franceses e alemães e um segundo grupo, hegemônico, caracterizado pelo seu conservadorismo e apego às tradições, representados pela cúria romana que defendia para o futuro da igreja a

⁵ Método criado pelo padre Belga Leon Joseph Cardjin, fundador da Juventude Operária Católica (JOC), previa um trabalho de três etapas, a primeira relacionada a análise da realidade das pessoas e países, a segunda direcionada para a leitura do que foi percebido segundo os pressupostos da fé cristã, a terceira visava agir e modificar o ambiente e as situações existentes.

⁶ Veja-se JESUS, Paulo Sergio de. Osasco: JOC, ACO e PO no movimento operário (1960-1970). Página 19. Dissertação de mestrado em História, PUC-SP, São Paulo. 2007.

⁷ De acordo com Cátia Regina Rodrigues o ultramontanismo era defendido por uma parcela mais tradicional da igreja, ligada a setores hegemônicos. Surgiu na França e Alemanha no início do século XIX com o objetivo de enfatizar a orientação de referência e fidelidade sobre os desígnios do Vaticano e a autoridade papal. Passou a ser termo de referência em muitos países para enfatizar a fidelidade aos princípios da Santa Sé, em contraposição aos desdobramentos sociais e políticos das nações. Defendia uma posição de distanciamento da igreja para as causas mundanas, de modo que a prioridade do clero passasse a ser o plano extraterreno e a salvação das almas.

permanência do modelo implementado no concílio Vaticano I (1869-1870), quando foi enfatizada a unidade da Igreja sob a autoridade papal.

Na segunda metade do século XX, a Igreja Católica apresentou grandes mudanças em sua proposta de atuação social. O papado enfatizou a ampliação da participação dos leigos no interior da estrutura e ratificou a centralidade das comunidades para a promoção da fé cristã. Esse período apresentou uma amplificação nas propostas de renovação dos dogmas e da atuação dos clérigos sobre os problemas vividos pelas sociedades de todo o mundo. Após o término da segunda guerra mundial (1945) diversos grupos promoviam abertamente um novo modo de conceber a fé cristã. Expandiam-se missões e projetos de atuação junto aos leigos que se orientavam pela proposta de agir sobre as condições de vida dos fieis, sobretudo, com relação aos mais pobres⁸.

Esses contextos de mudanças e de contradições, existentes no interior da igreja, foram preponderantes para a consolidação de um novo concílio, que seria capaz de por em diálogo as divergências e alcançar embasamentos comuns para a atuação dos clérigos em todo o mundo.

Convocado pelo Papa João XXIII a proposta de um novo concílio (aggiornamento) causou surpresa na hierarquia da igreja, dada à tradição consolidada nas décadas anteriores, que priorizava a manutenção da estrutura clerical através do modelo teológico ultramontano. Durante a vigência deste modelo, todas as decisões e todos os direcionamentos do clero estavam centralizados nas mãos do Papa e da Cúria romana, que estendiam as decisões para altas camadas da igreja através de uma rigorosa hierarquia, para isso, existiam descastérios que eram estruturados para garantir o cumprimento dos desígnios papais. O projeto ultramontano buscava homogeneizar as práticas e hábitos de modo que as condições culturais e sociais das diversas localidades não influenciassem na composição uníssona da Igreja.

⁸ Entre estas missões destacamos a Missão operária São Pedro e Paulo (MOPP), fundada em 1955, pelo sacerdote dominicano francês Jacques Loew. Próximo do pensamento de padre Lebreton, Jacques Loew propôs a criação de uma congregação de missionários que atuassem na evangelização das classes pobres, sobretudo do operariado, com o objetivo de auxiliar, com base no evangelho, na superação das injustiças materiais vividas. Estes missionários se dedicavam a viver em comunhão com os trabalhadores, passando pela mesma experiência de trabalho que as classes populares enfrentavam. Esta atuação favoreceu a aproximação dos missionários com as causas populares, pois os padres passaram a vivenciar a mesma experiência coletiva experimentada pelas classes trabalhadoras. Na década de 1960 missionários da MOPP se instalaram em Osasco, no bairro de Vila Yolanda, fundando uma comunidade de operários ativa na atuação social.

A igreja anterior ao concílio Vaticano II postulava sua composição como espiritual, superior aos Estados e sistemas políticos e descompromissada com os projetos de alteração da realidade social de seus fieis. Nesse período cabia aos fieis seguir os desdobramentos da estrutura católica, que fomentava ampla participação, mas com a premissa de ação passiva frente à autoridade da Sé e da Cúria. Assim, buscava-se anular os questionamentos e o posicionamento crítico dos leigos. Esta postura favoreceu uma situação de estabilidade conservadora que perdurou por quase um século.

O concílio Vaticano II iniciou-se com João XXIII em 1962 e foi encerrado em 1965, já no papado de Paulo VI. Contou em sua inauguração com 2540 padres conciliares (173 brasileiros) de diversas partes do globo. Resultou na construção de dezesseis documentos conciliares, com quatro constituições, três declarações e nove decretos com ênfase para a constituição dogmática *lumen gentium*⁹, a constituição pastoral *Gaudium et Spes*¹⁰ e o decreto *Ad Gentes*¹¹ que segundo Cátia Rodrigues “*revelam a nova imagem que a igreja católica pretendia ter de si mesma*”. (Rodrigues, Página 30, 2008).

Estes documentos enfatizavam a participação dos leigos como uma das características centrais para a promoção da fé e para a consolidação de um projeto missionário. Na prática a igreja se colocava a favor da atuação social do clero e abria a possibilidade para que as comunidades participassem da vida institucional da igreja, para que atuassem de forma ativa nos projetos e missões das dioceses. No

⁹ A constituição dogmática *lumen gentium*⁹ (21 de novembro de 1964) trouxe a reintrodução da igreja como povo de Deus. Pregava a igualdade entre leigos e clérigos na fé e através da edificação do corpo de cristo. Garantia a base laical da igreja frente à antiga estrutura centrada no clericalismo e no triunfalismo. Enfatizava que a igreja deveria estar a serviço do povo de Deus, sobretudo dos mais pobres, e da necessidade de uma formar igreja que se constrói enquanto ferramenta para servir os homens.

¹⁰ A constituição pastoral *Gaudium et Spes* (7 de dezembro de 1965) evidencia a preocupação da igreja em construir um novo patamar de relações com o mundo contemporâneo, a igreja se colocaria solidária a todos os homens de seu tempo, sobretudo dos mais pobres (os que sofrem). A igreja, tal qual o exemplo de cristo, se colocava enquanto colaboradora para a formação da fraternidade mundial. Esta postura seria possível devido a um posicionamento em favor da atuação dos leigos, tal qual ocorria nas modernas correntes teológicas. Como a proposta do método “ver, julgar e agir”, a igreja não estaria sobre a humanidade, mas inserida nas suas dificuldades. Ser cristão significaria o esforço para reconhecer as dificuldades pelas quais passava a humanidade, buscando agir para elimina-las.

¹¹ O decreto *Ad Gentes* (7 de dezembro de 1965) buscava mostrar as atividades missionárias que deveriam ser seguidas por toda a igreja. Houve uma alteração no “modus operandi” das missões, que deixaram de ser apenas uma tarefa de missionários vinculados a institutos de missões. O decreto institui que toda a igreja deveria ser missionária, buscando o exemplo de vida e o diálogo de modo que fosse possível combater a perca de espaço em países da África (sobretudo após o processo de descolonização), Ásia e Europa. O texto propôs ainda a participação de um laicato que trabalhasse em conjunto com a hierarquia da igreja, a fim de ampliar o potencial de ação e evangelização.

Brasil, estes textos significaram o início de um processo de renovação da Igreja, que inaugurou discussões que possibilitaram a aproximação da estrutura da Igreja com os leigos, sobretudo nas comunidades pobres.

O Concílio Vaticano II foi um acontecimento central para as profundas reflexões que modificaram a igreja católica em relação a diversos temas, sobretudo com relação à participação dos leigos no interior de sua estrutura e a elaboração de projetos de atuação social que buscassem a aproximação com os mais pobres, com vistas a favorecer através do uso do evangelho, a superação das precárias condições sociais existentes, principalmente na América Latina e na África. Com essa postura, a igreja passava a postular a necessidade de se posicionar e de atuar na promoção da paz social e da fraternidade mundial, que seriam conseguidas através da fé e da ação sobre a realidade.

Sob os direcionamentos do concílio Vaticano II¹² (1962-1965) as lideranças católicas buscaram alternativas à teoria revolucionária comunista que florescia no continente americano e africano, especialmente após a experiência revolucionária cubana na América e o início das guerras de independência em diversas partes da África. Frente às estratégias de sublevação e rebelião dos marxistas, a igreja incitou a promoção da justiça para a construção da paz social, sob uma perspectiva doutrinária e cristã, mas consolidou novas possibilidades ao orientar as paróquias para uma aproximação mais intensa com as populações pobres, quando passou a fomentar a participação de grupos leigos e diversas temáticas no interior de sua estrutura. A partir de tal posicionamento, as comunidades teriam na igreja um espaço de organização e construção de suas ações frente ao Estado e às estruturas de poder.

O período posterior ao Concílio Vaticano II, concluído em dezembro de 1965, apresentou em toda a estrutura católica uma série de debates, reflexões, interpretações e planos de ação, que sustentaram novos rumos e diferentes atuações de membros do clero em todo o mundo. Resultaram deste processo profundas alterações quanto à forma institucional de lidar com a política e a

¹² A igreja passava por novos posicionamentos sobre a participação popular, com divergências das concepções de missão, vivência da fé e da instituição com relação à sociedade. No Brasil, as violações do regime militar aumentavam esses conflitos e levavam a um posicionamento mais progressista de alguns setores da igreja, sobretudo daqueles mais próximos das populações pobres. Após as preposições do Concilio Vaticano II, que buscou uma leitura mais popular da religião, clérigos atuantes em grupos organizados buscaram um posicionamento mais dinâmico com relação à conjuntura política e social.

realidade social, sobretudo em relação aos mais pobres. Na América Latina este processo se intensificou a tal ponto que fez surgir dois grupos em uma mesma igreja: um ramo conservador, empenhado na manutenção da unidade da igreja, da centralidade da cúria Romana e pela conservação dos valores, dogmas e credos existentes e outro, apto à renovação do plano de ação e da estrutura, centrado na expansão da fé católica através da atuação dos leigos, preocupado com a atuação social e com o poder de influencia da igreja no plano terreno.

Capítulo 3 - A articulação da Igreja popular: Aspectos da Conferência de Medellín (1968)

O grande marco de ruptura da igreja Latino-americana com o modelo ultramontano se deu com a realização da Segunda conferência do Episcopado Latino Americano, que ocorreu na cidade de Medellín em 1968. O papa Paulo VI deu início à conferência em agosto de 1968 em Bogotá, os trabalhos, todavia, ocorreram entre os dias 26 de agosto a seis de setembro em Medellín. As reuniões reuniam cerca de 200 pessoas, destas 130 possuíam direito a voto. O eleitorado contava com clérigos e também com leigos, membros de entidades diversas, organismos europeus e norte-americanos, igrejas evangélicas e ortodoxas. A delegação brasileira contava com 30 membros (uma mulher).

A conferência nasceu com o objetivo de realizar uma releitura das diretrizes conciliares a partir do contexto socioeconômico dos países da América latina. Destacamos as profundas divergências de posição que ocorriam no período sobre as ações que seriam fomentadas a partir da leitura dos documentos conciliares, setores distintos da igreja (como entre o CELAM¹³ e a CAL), apresentaram um amplo embate entre posições mais conservadoras e tradicionais com grupos que defendiam profundas mudanças de posicionamento, estes debates podem ser percebidos na forma reclusa como as reuniões ocorriam e nos documentos resultantes da conferência.

O tema escolhido para a assembleia foi: “A igreja na atual transformação da América Latina”. Os textos do Concílio Vaticano II surgiram como ponto de partida, mas as conclusões finais do debate acabaram por situar a igreja latina de modo ainda mais enfático com relação à atuação junto aos pobres do continente, que teriam a partir de então, prioridade central nas suas ações e preocupações.

Segundo Cátia Rodrigues (2008) o CELAM havia posto em prática as ideias nascidas nas reuniões do Concílio Vaticano II. Havia o desejo de realizar uma assembleia que priorizasse as demandas de atuação da igreja no continente, uma vez que a centralidade de episcopados europeus nas reuniões do Concílio haviam atrapalhado as discussões sobre a América Latina. O papa havia colocado para bispos latino-americanos problemas comuns que envolviam quase todos os países

¹³ Conselho Episcopal Latino Americano, fundado em 1955.

latino-americanos, como o analfabetismo, a precarização das moradias e o êxodo rural para as cidades. A igreja enfatizava a preocupação de que estes elementos desencadeassem a infiltração de forças operantes “perigosas” que poderiam degradar a religiosidade popular, como o ateísmo marxista que se expandia pelo continente como saída e superação da difícil realidade material vivida. Essa preocupação fomentava estudos sobre a realidade socioeconômica e o questionamento do papa sobre a necessidade de promover um melhor posicionamento da Igreja para as prioridades do continente.

Em Medellín foram aprovados dezesseis documentos gerais, que dariam embasamento para a ação de clérigos em toda a América Latina. Estes documentos estavam agrupados em três blocos: Promoção Humana, Evangelização e Crescimento da Fé e por fim, a Igreja Visível e suas estruturas. No geral a principal novidade resultante desses documentos finais, que norteavam para um novo posicionamento defendido pela igreja, estava na proposta de agir sobre as injustiças sociais, na luta pelo equilíbrio social com o objetivo de acabar com a extrema pobreza, responsável por desviar os seres humanos a uma condição inumana.

As conclusões incentivavam a proposta de participação popular coletiva para a construção de uma nova sociedade, que deveria ser edificada pela atuação livre dos sujeitos, sobretudo dos mais pobres, que até então haviam sido excluídos dos processos de administração do Estado, na edificação de uma nova sociedade, livre da miséria e das injustiças. Para a proliferação da verdadeira liberdade as elites e o Estado deveriam cumprir um papel solidário com a participação popular, que seria a garantia de paz social. A igreja posicionava em seu projeto, as comunidades populares com a base que sustentaria a construção das nações e da real liberdade humana. Estas deveriam se unir para consolidar uma nova humanidade, mais fraterna e justa.

“A Igreja latino-americana julga dever orientar-se para a formação de comunidades nacionais, que refletem uma organização global, onde toda a população, porém, especialmente as classes populares, tenha, através de estruturas territoriais e funcionais, uma participação receptiva e ativa, criadora e decisiva, na construção de uma nova sociedade. Essas estruturas intermediárias entre a pessoa e o Estado devem ser organizadas livremente, sem uma intervenção indevida da autoridade ou de grupos dominantes, no seu desenvolvimento e na sua participação concreta na realização do bem comum total. Constituem a trama vital da sociedade. São

também a expressão real da liberdade e da solidariedade dos cidadãos”¹⁴

Buscava-se, com os posicionamentos finais, defender uma representação de igreja enquanto instituição servidora e humilde. Para isso, em Medellín foram propostas e articuladas estruturas pastorais baseadas na igreja, aptas para enfrentar a situação de pobreza na América Latina. Neste quadro teriam destaque as Comunidades Eclesiais de Base, já difundidas em diversos países, que começavam a proliferar sua experiência de ação junto às comunidades pobres do continente.

A experiência de comunidades atuantes em todo o continente foi o pressuposto para o reconhecimento de que as CEBs deveriam ser organizadas enquanto núcleo irradiador da fé e da ação social, baseada nos ensinamentos cristãos. A partir desses coletivos comunitários esperava-se desenvolver a promoção humana com os princípios da igreja e ampliar a quantidade de fieis entre as classes populares.

A conferência de Medellín resultou no estabelecimento da prioridade da igreja em atuar pela justiça dos pobres, necessitados e segregados, auxiliando-os na organização coletiva de seus movimentos. Os documentos finais enfatizavam a exigência de respeito aos direitos sociais e políticos dos cidadãos latino-americanos, defendiam a Justiça Social como pressuposto para a efetividade da Paz, desta forma, a Igreja se colocava a favor das reivindicações por Justiça, que seria a melhor resposta para as manifestações de violência que ocorriam no continente, sobretudo com relação às formas de violência criadas pela desigualdade e pelo histórico das instituições ditatoriais, que tomavam força em todo o continente.

Estas conclusões foram importantes por situar a igreja dentro de novos horizontes e possibilitar a atuação de setores progressistas do clero, que estavam vinculados a movimentos de reivindicação por justiça e direitos. Os documentos resultantes de Medellín deram embasamento para a articulação de movimentos pastorais e para o incentivo pela igreja da formação de Comunidades Eclesiais de Base e de outros grupos de leigos que se estruturassem a partir das paróquias. Este contexto fez surgir dentro do tradicionalismo religioso uma nova igreja, mais popular, centrada nas bases e na realidade material vivida pelos fieis.

¹⁴ Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, 1968.

Na arquidiocese de São Paulo estes novos horizontes vivenciados pela Igreja Latina se expandiram através do fomento de projetos pastorais e da formação de um clero mais próximo dos pobres. A igreja paulistana deu grande incentivo para atuação de movimentos sociais e de comunidades de leigos a partir de 1970, quando teve início o arcebispado de Dom Paulo Evaristo Arns.

Capítulo 4 - Novos posicionamentos da arquidiocese de São Paulo: O Arcebispado de Dom Paulo Evaristo Arns

Pode-se compreender e estabelecer ligações entre a atuação de Bispos no Brasil e a propagação dos documentos do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que de certo modo, embasavam e influenciavam as suas atuações. O incentivo para a formação das CEBs e a tentativa de trazer sua atuação para dentro da estrutura formal da igreja (e de suas doutrinas) vinha junto ao anseio de expandir a atuação eclesial para próximo às comunidades pobres, ampliando a capacidade de ação e evangelização da Igreja, através da promoção de um apostolado dos leigos. A conferência de Medellín teria assim, atribuído lugar as CEBs na estrutura da igreja, estas estariam próximas das demandas sociais e políticas da sociedade e seriam um importante ponto de ação e apoio da igreja na atuação por justiça social ao passo que se tornavam uma ferramenta das comunidades para alcançarem equilíbrio político nas suas demandas. O fato é que a experiência das comunidades revelaria que apesar dos direcionamentos propostos e das inúmeras tentativas de condução das suas ações, estas tomariam vida própria a partir de suas próprias experiências organizativas. Inúmeras pesquisas têm revelado que este processo ocorria em toda a América Latina, mas voltamos a nossa atenção para o contexto de atuação destes grupos na região metropolitana de São Paulo.

Ao passo em que se desenrolavam as discussões, ainda frescas, sobre os desígnios da conferência do episcopado em Medellín, em São Paulo o então arcebispo D. Agnelo Rossi (no momento presidente da CNBB) estava reestruturando a diocese, que seria dividida em sete regiões episcopais, cada uma liderada por um vigário episcopal a ser escolhido pelo próprio arcebispo. O objetivo era seguir as orientações do concílio para tornar as atividades da igreja mais pastorais, com isso esperava-se aproximar o corpo da igreja em relação aos fieis. No fim do arcebispado de D. Agnelo (1970), São Paulo possuía sete regiões episcopais. Na região da zona norte, o vigário escolhido foi d. Paulo Evaristo Arns, que se destacou ao articular as “missões do povo de Deus”, que iriam impulsionar as primeiras comunidades eclesiais de Base desta região.

D. Agnelo incentiva cursos de formação para os párocos sobre as decisões promulgadas pelo Concílio Vaticano II. Assim, a igreja em São Paulo se colocava a favor de ensinar clérigos para que pudessem atuar sob os novos desígnios da igreja.

Mas a grande inovação veio do fato de que os trabalhos de formação foram estendidos para leigos, através de projetos que foram chamados de “missões conciliares”. Havia a proposta de inserir sujeitos engajados nas atividades da igreja para que pudessem atuar no interior da estrutura, de modo que fosse viável a consolidação de um projeto de evangelização através dos leigos. Pessoas destacadas das paróquias eram convidadas para receberem instruções sobre formas de atuar em suas comunidades, junto aos preceitos pastorais da igreja. Todavia, esta participação dos leigos ainda estava atrelada ao trabalho estritamente religioso.

Na zona norte de São Paulo, sob a responsabilidade de D. Paulo Evaristo Arns, foi consolidada uma equipe de 28 pessoas, com a presença de 22 leigos, responsáveis pelo treinamento das lideranças comunitárias. O vigário episcopal buscava a estruturação formal de uma organização para treinamento dos instrutores. Visava capacitá-los para a atuação junto às comunidades. A paróquia tinha o objetivo disseminar os conteúdos conciliares, apresentar sugestões de planos pastorais contidas no relatório da CNBB e incentivar os leigos para se reunirem em comunidades de base.

Os membros desta comissão ensinavam as comunidades a atuar e fazer viva a luta coletiva. Ocorriam treinamentos sobre modos de fazer uma votação, colher depoimentos, escolher as lideranças e organizar as tarefas do grupo.

O novo plano de pastoral da CNBB foi criado em janeiro de 1966, para servir de instrumento de orientação para o planejamento pastoral das dioceses por um período de cinco anos (até 1970). Havia seis diretrizes que foram embasadas nos documentos conciliares: Unidade visível da igreja (estrutura e membros), ação missionária, ação catequética, aprofundamento doutrinal e reflexão teológica; ação litúrgica; ação ecumênica e ação da igreja no mundo. O objetivo era que a igreja do Brasil fosse umas das primeiras a se adaptar às premissas do concílio. De acordo com Cátia Rodrigues (2008), o plano da CNBB, que incentivava a renovação das dioceses e a dinamização da atuação dos leigos, contribuiu para incentivar D. Paulo Arns a expandir as CEBs, o que seria ainda mais enfatizado após a promulgação dos documentos finais da conferência de Medellín.

Em geral, as CEBs que se formavam a partir da igreja tinham como inovação a sua articulação com outros grupos atuantes. Seus membros se reuniam com diversas entidades, como coletivos operários e inúmeros movimentos de bairro. A

partir destas proposições de atuação popular que ocorriam nas missões de formação, a igreja poderia conhecer as necessidades de seus fiéis in loco. Ao mesmo tempo em que cativava novos adeptos, conhecia as dificuldades das comunidades e passava a ser, a partir da atuação dos leigos, uma voz em defesa de seus interesses.

No ano de 1970, assume o comando da Arquidiocese de São Paulo o Arcebispo Paulo Evaristo Arns, que vai incentivar a formação de pastorais e grupos comunitários e promover uma extensa discussão no interior da igreja paulistana sobre a transgressão dos direitos humanos, com atenção aos constantes casos de violação aos direitos civis e políticos promovidos por agentes do Estado ditatorial. A dualidade de contextos no interior da Igreja, com o florescimento de alas mais progressistas e próximas às demandas sociais, vai possibilitar que a temática dos Direitos Humanos seja pensada em torno do contexto de ação dos coletivos de base, cuja inspiração teológica passaria a formar os preceitos da Teologia da Libertação.

A arquidiocese passava a incentivar a consolidação de cursos breves de formação para leigos que antes eram dados apenas para padres. Em março de 1970 quatro temas foram escolhidos como eixo destas formações: a palavra e a eucaristia; comunidades de base; serviços na igreja e a possibilidade de diaconato para homens casados; e por fim, vocação cristã. Ao passo que as atividades ocorriam um número maior de pessoas participava das ações de formação. Aos poucos os leigos passaram a exercer novos papéis na igreja, lideravam cursos para casais, participavam da catequização de jovens e crianças, liam textos e entregavam hóstias durante as missas, estes trabalhos eram feitos, sobretudo, por ministros extraordinários da eucaristia, que haviam sido escolhidos através dos cursos de formação dos leigos. A arquidiocese passava a realizar cursos da palavra, para formar instrutores capacitados para transmitir com fundamentação teológica, o evangelho. Com essas ações cada leigo ligado à igreja católica se transformava em um missionário potencial. Em suas comunidades estes leigos iriam desempenhar outras funções sociais. Nelas passaram a organizar grupos de visitas para a comunidade, formavam coletivos de oração para famílias que solicitavam rezas e criavam coletivos para leitura e reflexão da bíblia.

Entendemos que D. Paulo Evaristo Arns estava reestruturando a igreja de São Paulo para receber a necessária atuação dos leigos, sobretudo nos processos

de evangelização e catequização. Essa premissa estava alinhada com os documentos conciliares e comungava com o apoio de diversos setores tradicionais, dado seu interesse em arregimentar novos fieis. Os surtos de crescimento econômico e a intensificação da migração formaram vastas áreas, periféricas, com uma crescente população, que o corpo institucional da Igreja Católica não era numericamente capaz de atingir. Havia a constante preocupação de que os antigos trabalhadores rurais católicos se converteriam em massa ao pentecostalismo, ao neopentecostalismo e, em menor grau, às religiões de matrizes africanas. Buscava-se, portanto, garantir a supremacia religiosa da Igreja Católica e formar novas fileiras de missionários para trabalhar pela igreja. Todavia, a massificação do treinamento de leigos para a atuação institucional possibilitava um acesso mais livre à leitura e interpretação da palavra e sua propagação para as comunidades. De uma forma muito particular para cada grupo, possibilitou uma intensificação da atuação de lideranças comunitárias, que vão recriar e dar novos significados para as funções que lhes eram atribuídas, de acordo com suas necessidades cotidianas.

D. Paulo lançou no início do seu arcebispado a operação periferia¹⁵, que consistia em um programa missionário interno de São Paulo. Buscava oferecer um suporte para a marginalização socioeconômica e religiosa. A diocese entendia como marginalizados a grande parcela da população que não participava dos bens, serviços e recursos produzidos e que não tinham conhecimento das decisões e no desenvolvimento da sociedade. Estava assim, se aproximando dos mais pobres. A operação visava consolidar a representação de participação popular nos rumos da igreja, para isso foi consolidada uma equipe com representantes das sete regiões da arquidiocese. A operação periferia objetivava a formação de novas CEBs, como forma de chegar mais facilmente ao povo, transmitir o evangelho, promover a solidariedade, fomentar grupos de fé para que, assim, pudessem ser consolidadas as paróquias. Ainda, como sede das CEBs buscava-se organizar centros comunitários em locais neutros onde a comunidade pudesse realizar algumas atividades, de cunho religioso e social-educativo. Muitos desses centros foram construídos pela Igreja, que utilizou para isso, entre outros recursos, parte do lucro pela venda do palácio Pio XII, antiga residência dos bispos. No final da década de

¹⁵ A Operação Periferia durou de 1972 até 1976, quando foi criada a Comissão Arquidiocesana de Pastoral da Periferia.

1970 já existiam mais de 506 centros comunitários em toda a Diocese, a maior parte estava localizada nas periferias. (RODRIGUES, PÁG. 104, 2008).

O arcebispado modificava sua relação com o trabalho dos leigos ao estabelecer uma nova orientação para as comunidades, que estariam, a partir dos centros sociais, voltadas para os bairros e para as dificuldades vividas pelas populações mais pobres de São Paulo em seu cotidiano. Deste modo, o trabalho dos leigos deixava o campo estritamente religioso e passava a se orientar para a realidade material e o contexto das contradições existentes.

Esse processo fomentou a multiplicação das Comunidades eclesiais de Base (CEBs), que passaram a significar uma espécie alternativa de culto, com os círculos de leitura, os grupos de evangelho e os intensos trabalhos de catequização, transformando-se também em escolas para educar os explorados nas letras e na defesa de seus direitos civis e humanos. De acordo com o relatório quinquenal de 1975-1980 em Osasco havia 116 centros comunitários e 38 paróquias.

Outro modelo incentivado pela gestão de d. Paulo Evaristo Arns¹⁶ esteve direcionado na formação de pastorais sociais. Três ações pastorais se destacaram em sua atuação junto às comunidades: a Pastoral Carcerária, a Pastoral da Moradia e a Pastoral Operária. Pastorais sociais são ações e serviços fornecidos pelas dioceses, fomentadas em locais com necessidades específicas, que visam a transformar, resolver ou amenizar problemas sociais graves. Na década de 1970 eram formadas por um número expressivo de voluntários, sobretudo de católicos, que geralmente atuavam sobre a liderança de um pároco. As pastorais contavam com a organização das comunidades, a mobilização social e a luta jurídica e política.

A arquidiocese de São Paulo adotou, respectivamente em 1976 e 1978, seu Primeiro e Segundo “plano Bienal”, nos quais teriam prioridade as “pastorais” (planos de ação religiosa e social) para promover as CEBs junto aos desempregados e trabalhadores de baixa renda da periferia. (DELLA CAVA, página 2, 1986)

¹⁶ Na visão de Cátia Rodrigues (2008) D. Paulo possuía a intenção de tomar para si a atribuição de fortalecer o cristianismo em São Paulo, através da participação de leigos, da articulação de CEBs. Buscou fazer com que a igreja interagisse com os problemas vivenciados pela população, sobretudo dos pobres. A biografia de D. Paulo evidencia como ele passou a se aproximar das problemáticas vividas pelos pobres, e de como a igreja através das missões poderia oferecer apoio para os males sociais.

A igreja já contava com inúmeras tentativas e estratégias de aproximação junto aos setores operários e às camadas trabalhadoras, através de missões e da atuação de párocos militantes em diversos movimentos, mesmo antes do golpe civil-militar de 1964. Em Osasco a JOC¹⁷, ACO¹⁸, JUC¹⁹, padres passionistas e outros grupos progressistas receberam condenações no decorrer da década de 1960 com o desencorajamento de suas ações e da pesada oposição de setores conservadores, que por vezes prevaleciam sobre o restante do clero em São Paulo.

No decorrer da década de 1970 a pastoral operária vai ser transformada em um novo método de aproximação das populações trabalhadoras. Criada na arquidiocese de São Paulo em 1970, sob a liderança do Frei Luís Maria Alves Satori, este plano pastoral buscava exercer um trabalho de base junto aos grupos operários, de modo a trazer suas demandas para a estrutura da igreja. Em 1982 ficou decidido que a PO²⁰ teria uma atuação com base no reconhecimento da estrutura de classes e dos prejuízos causados pelo capitalismo. Ela passaria a buscar a formação de militantes operários, com a participação de sindicatos e coletivos trabalhistas. O primeiro plano pastoral da Arquidiocese com vigência de 1976 até 1978 adotou o tema “mundo do Trabalho” de modo a não excluir o “diálogo” com empresários e com outros trabalhadores.

A ação pastoral se proliferava pelas periferias de São Paulo, de modo que seus militantes passaram a reivindicar a melhoria dos serviços públicos, como o saneamento básico, o transporte, a saúde pública, e a necessidade de moradia. As pastorais transformaram ainda mais a relação entre as comunidades e a Igreja. Suas ações transmitiam as desigualdades materiais da cidade, as reivindicações e os embates promovidos pelas CEBs no nível de bairro.

A aproximação de clérigos com grupos dissidentes de antigos movimentos sociais postos na ilegalidade e a ampliação de sua participação no seio de movimentos populares, a partir da intensificação das CEBs e das pastorais, ampliava o embate destes com a opressão do regime. A perseguição a padres e militantes católicos havia se transformado em uma realidade comum, que ameaçava

¹⁷ Juventude Operária Católica.

¹⁸ Ação Católica Operária.

¹⁹ Juventude Católica.

²⁰ Caso ilustrativo desta característica das pastorais católicas de Osasco pode ser verificado na Pastoral Operária, conduzida pelo padre operário Domingos Barbé. A pastoral operária atuou junto às necessidades dos trabalhadores, auxiliando na organização de suas demandas e em defesa de seus direitos frente ao Estado e ao empresariado.

o corpo (homogêneo) da igreja, de modo que passou a ser discutida e combatida pelas altas fileiras do clero.

A intensificação das perseguições políticas²¹ a membros do clero, sobretudo após a conferência de Medellín, despertou em algumas lideranças católicas a necessidade de defender o corpo institucional da igreja. A intensificação da violência do regime fomentava dentro da igreja católica a atuação de alguns clérigos na luta pela redemocratização, contra a violência e a tortura. A CNBB, que havia estado um tanto polarizada em relação ao regime ditatorial, passava a se posicionar de forma mais atuante, em defesa dos perseguidos pelo regime, reclamando a defesa das liberdades civis e dos direitos humanos. (DELLA CAVA, 1986, página 16).

O plano pastoral fomentou a participação de sujeitos em grupos organizados a partir da igreja. O projeto buscava atuar sobre a periferia, o mundo do trabalho, as questões operárias e os direitos humanos. As frentes de ação possuíam seus próprios objetivos e estratégias, mas articulavam seu trabalho e possuíam ampla comunicação. Recebiam, através dos párocos, orientações das comissões pastorais arquidiocesanas, que eram produzidas pela cúria paulistana com o objetivo de articular a ação das pastorais em um projeto que seria vivido por toda a arquidiocese de São Paulo. Em Osasco as pastorais sociais se orientavam nos documentos publicados pela cúria, mas formavam suas próprias estratégias e práticas para fazer avançar a luta social.

A Pastoral Operária de Osasco era liderada pelo padre francês Domingos Barbé, missionário que buscava estabelecer uma ação comunitária junto aos trabalhadores do Bairro de Vila Yolanda. Nos encontros da Pastoral Operária ocorriam diálogos e ensinamentos sobre as condições de trabalho, as formas de

²¹ Como apresenta Cátia Rodrigues (2008), ainda no arcebispado de D. Agnelo Rossi, o padre Ciullo e a assistente social Yara Spadini, que atuavam junto aos trabalhadores de Mauá, foram presos pelo DEOPS. Eles portavam documentos sobre operários presos em Mauá, fator que confirmava seu envolvimento com setores considerados subversivos pelos agentes da repressão política. O arcebispo consegue depois de dois dias visitar os presos. Devido a grande quantidade de feridas ainda recentes, D. Agnelo percebeu a tortura física de que foram vítimas. Com a gravidade do caso, realizou denúncias para o governador do Estado Roberto da Costa Abreu. Diante das dificuldades em visitar os presos e de levar médicos para tratá-los, o arcebispo resolve denunciar publicamente a tortura que passava a ocorrer em São Paulo, inclusive com membros da igreja. Esse acontecimento acendeu os setores progressistas da igreja para a possível perseguição de membros do clero que estivessem mais atuantes e ligados às causas sociais, sobretudo de trabalhadores e grupos contrários ao governo.

acumulação do capital, aspectos do sistema capitalista, os significados da mais-valia, o modo como ocorriam às diversas formas de exploração dos trabalhadores e a necessidade de luta por melhores condições de vida e trabalho. Esses ensinamentos ocorriam com o uso da própria experiência dos trabalhadores, em um diálogo com o evangelho e com métodos de análise do marxismo. Buscava-se uma aproximação com a linguagem dos trabalhadores, para isso eram utilizados exemplos cotidianos, frases simples, explicações com desenhos e aproximações com o conteúdo presente no evangelho. Eram distribuídos textos e panfletos que traziam informações que os trabalhadores já conheciam, como as máquinas, as tarefas, as funções dos chefes e subordinados e a rotina de trabalho²².

A Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados estava orientada na luta contra a violência e em favor dos oprimidos. Buscava divulgar estudos que demonstrassem as práticas de violência institucionalizadas para orientar as paróquias a combatê-las. A comissão arquidiocesana norteava para a sua articulação com as diversas entidades que promoviam os direitos humanos. Compunha seu objetivo ajudar na criação de movimentos de base e ampliar as discussões nas paróquias sobre temas como a luta por moradia, por saúde e contra a violência. Em Osasco a pastoral dos Direitos humanos, sobre a liderança do Padre Agostinho, vai fomentar a organização de grupos de trabalho para articulação de ações na luta pelos direitos. A pastoral buscava promover o ensinamento e a formação, visava orientar as comunidades sobre as transgressões aos direitos humanos e as práticas de violência presentes na sociedade. Organizava encontros, distribuía livros e cartilhas, instruía os sujeitos sobre seus direitos civis e humanos e buscava responder, através do evangelho, as demandas levantadas por grupos de trabalho.

Os militantes destas pastorais participavam de organizações de trabalhadores e de moradores, articulavam iniciativas conjuntas e formulavam estratégias de luta para dar força aos movimentos comunitários que defendiam²³. O conjunto da experiência destas duas pastorais evidencia a atuação de setores da Igreja Católica de Osasco, durante o arcebispado de d. Paulo Evaristo Arns, junto aos militantes que se formavam nos bairros pobres da cidade, que a partir de suas paróquias

²² Veja-se BARBÉ, Domingos. *Teologia d Pastoral Operária*. Vozes. Ed. Petrópolis. RJ, 1983.

²³ Veja-se JESUS, Paulo Sergio de. Osasco: JOC, ACO e PO no movimento operário (1960-1970). Página 19. Dissertação de mestrado em História, PUC-SP, São Paulo. 2007.

organizaram movimentos coletivos nos bairros em que viviam. Ao passo que o trabalho pastoral se expandia, estes grupos passaram a se valer de um novo conjunto de diretrizes religiosas, que orientavam para uma articulação entre a religiosidade cristã e a atuação social das comunidades. Estas ideias estavam organizadas no interior de um movimento extenso que ficou conhecido como “Teologia da Libertação”.

Capítulo 5 - Influências da Teologia da Libertação para as CEBs

Entendemos a teologia da libertação como um conjunto de ideias resultantes da produção teológica de setores progressistas da igreja católica, sobretudo da América Latina, que se formaram após o Concílio Vaticano II e a II Conferência do Episcopado latino-americano, consolidadas a partir de uma interpretação social do evangelho, em um diálogo com os métodos das ciências sociais, na qual se fez uma opção pelos mais pobres, pela atuação social da igreja e dos cristãos, pela luta pacífica para a construção da igualdade, justiça e superação da miséria.

Mariângela de Sousa Marquês (2012) buscou analisar a relação entre a igreja católica e a teologia da libertação a partir da figura histórica de Gustavo Gutierrez, percebe o modo como a teologia se relaciona com o materialismo histórico, fator fundamental para a sua divulgação no interior das camadas do clero a partir do pensamento de Gutierrez.

“O que havia de comum na pobreza do continente fez do sacerdote Peruano uma referência teológica, explicado quando o mesmo é aproximado à sua própria realidade, limitado ao país que nasceu e se criou, um país que na sua história, esclareceu que as contradições se mantinham porque o principal fator material não era superado: a relação social entre o oprimido e opressor, o que Gutierrez explica ao aproximar a práxis libertadora ao marxismo é a proposta de emancipação humana através da própria atividade do homem”. (MARQUÊS, página 113, 2012).

Apesar de a corrente teológica da libertação ter se originado em um movimento ecumênico onde uma das figuras centrais foi o dominicano peruano Gustavo Gutierrez, entendemos que o movimento não era recebido de forma horizontal. Os livros teológicos e os textos resultantes de encontros não eram utilizados como um guia para ilustrar a realidade e organizar os movimentos. As ideias de Gutierrez não propunham um manual de práticas que deveriam ser utilizadas pelos cristãos. A leitura da teologia da libertação ocorria em diálogo com a experiência dos sacerdotes nas atividades pastorais e era trazida para as comunidades como uma alternativa de leitura da ação social e da fé.

O processo de formação dos novos padres, nas faculdades de teologia e nos seminários, levava ao contato de novas correntes de pensamento que existiam no interior da igreja e de textos que buscavam uma aproximação da atuação dos clérigos com a realidade vivida pelas classes populares do Brasil. Em cidades como

Osasco, onde já existia um histórico de luta por clérigos que encabeçavam movimentos sociais, como o caso dos missionários Franceses da missão operária São Pedro e São Paulo (MOPP), e um cenário de lutas sociais intensas, como as greves metalúrgicas de 1968, somado ao fato de que parte dos padres eram oriundos das classes menos favorecidas da cidade, contribuíram para a aproximação de setores da igreja da cidade com as propostas da teologia da libertação.

A teologia da libertação era produzida por teólogos profissionais através de métodos científicos e da mediação sócio analítica, estes textos eram utilizados por párocos que organizavam a proposta teológica em relação à prática e a atuação de leigos na edificação das pastorais sociais. A teologia fluía das instâncias superiores do trabalho pastoral para os sujeitos presentes na base. Os coletivos discutiam e se inteiravam das propostas vindas da igreja, alimentavam suas formas de organização com os materiais que eram oferecidos (como cartilhas, livros, textos, trechos da bíblia) e sobre as recomendações recebidas por meio de cartas e documentos da igreja. As comunidades tinham sua própria leitura da teologia da libertação, relacionada com uma visão espontânea de sua experiência, integrada à fé, aos trabalhos comunitários, às discussões coletivas e à interpretação dos textos bíblicos.

A teologia da libertação aparecia para estas comunidades como ferramenta de reflexão e preparação para a ação. Não foram estas ideias que iniciaram a atuação social das comunidades organizadas nas paróquias de Osasco, mas suas propostas ampliaram o potencial de ação dos sujeitos, que atrelavam a sua experiência ao modo como os párocos articulavam a fé e atuação social. A teologia da libertação esteve vinculada a princípios vivenciados pelas comunidades de base da cidade de Osasco: a articulação entre a fé e luta social, a crença de que a atuação cristã deveria por fim a extrema pobreza e a todas as formas de injustiça.

“Aqui se exige mais que contemplação uma ação eficaz que liberta. O crucificado quer ressuscitar. Estamos a favor dos pobres somente quando, junto com eles, lutamos contra a pobreza injustamente criada e imposta por eles. O serviço solitário ao oprimido significa então um ato de amor ao Cristo sofredor, uma liturgia que agrada Deus”. (BOFF, página 16, 1999).

A atuação social passaria a significar um desígnio cristão, assim, os signos católicos seriam revistos dentro de um projeto libertador universal que teria suas origens em Cristo e nos seus ensinamentos de humildade, igualdade e justiça.

Para os grupos de leigos atuantes a fé assumia um caráter utópico e profético, alinhada a proposta de salvação e libertação em Cristo. A fé coletiva era um elemento aglutinador e o trabalhador a possuía como forma de motivação para participar de processos organizativos comunitários. A incorporação da teologia da Libertação possibilitava um rumo para este processo, ao propor a participação dos leigos em seu próprio processo de libertação, que ocorreria em uma relação direta entre a ação sobre a realidade social e a fé cristã.

“Os pobres vencem sua situação oprimida quando elaboram uma estratégia mais adequada à transformação das relações sociais; é aquela da libertação. Na libertação os oprimidos se unem, entram num processo de conscientização, descobrem as causas de sua opressão, organizam seus movimentos e agem de forma articulada. Inicialmente reivindicam tudo o que o sistema operante pode dar; em seguida, agem visando uma transformação da sociedade atual na direção de uma sociedade nova marcada pela participação ampla, por relações sociais mais equilibradas e justas e por formas de vida mais dignas”. (BOFF, página 18, 1999).

A reflexão levava a crença de que o trabalho pastoral deveria transformar toda a igreja. Isso deveria ocorrer junto ao preparo das comunidades, como base para a realização de intervenções que possibilitassem as transformações no mundo exterior.

O trabalhador era colocado de modo ativo no interior da comunidade. Seria ele quem edificaria as ações coletivas, participando das decisões e transmitindo suas necessidades e interesses.

Para Leonardo Boff (1999) a teologia da libertação de um teólogo é a mesma de um labrador. *“A mesma seiva que corre pelos galhos da árvore é também a que passa pelo tronco e a que sobe das raízes secretas da terra”*. Assim, uma comunidade eclesial de base que tenta tirar lições de uma página do evangelho está teologizando a partir de sua realidade social. Esta foi a especificidade deste movimento teológico para as comunidades de Osasco.

Assim, a teologia da libertação assumiu, pela interpretação das comunidades, seu caráter popular e ativo no interior de um processo de construção de movimentos de luta por mudanças na realidade social. Ela foi um dos elementos que ampliaram o enfoque das comunidades católicas no processo de construção dos coletivos de luta por melhores condições de vida nos bairros e nas fábricas. Foi ferramenta de reflexão necessária para a nova proposta de organização coletiva que se deslocava

para as paróquias, oferecendo um suporte teológico para a atuação social dos católicos contra todo tipo de injustiças materiais, como a violência e a miséria.

Capítulo 6 - Características das comunidades de Base da cidade de Osasco

Os anos de 1974-1985 ficaram marcados pelo discurso de transição política que o país passava, onde as estruturas do Estado ditatorial seriam alteradas para comportar um novo regime democrático. Essa transição, por sua vez, esteve marcada pela lentidão do processo e pelo modo como foi intermediada pelos setores militares e pelas camadas hegemônicas da elite econômica, quando a participação popular esteve regulada pelo Estado e pelas classes dominantes. Essas características do momento histórico, contudo, não impossibilitaram a existência de uma atuação política intensa das classes populares durante todo o período de transição. As famosas diretas já, os novos partidos políticos, os movimentos sindicais, entre outras manifestações sociais, estiveram ancorados em movimentos sociais que se consolidaram no decorrer da década de 1970 e que tinham quase sempre uma origem em comum: os bairros e as paróquias da igreja Católica.

No final dos anos de 1970, como propôs Eder Sader²⁴ (1988), emergiram novos sujeitos coletivos no interior dos movimentos sociais urbanos. Estes sujeitos se formaram a partir de instituições em crise, como os sindicatos e os partidos políticos. Contra a negação que lhes era dada com relação à atuação política tradicional, estes sujeitos edificaram novos espaços de atuação construíram a partir de suas experiências organizativas, formas de reivindicação descentralizadas e coletivas, que faziam avançar a luta social de acordo com os interesses das classes populares. Estavam pautados nas necessidades cotidianas e pela construção de demandas estratégicas para os grupos em luta. A consolidação de novos sujeitos sociais coletivos alterou os locais tradicionais de ação política e transformou o cotidiano dos bairros e das paróquias da Igreja Católica em espaços de diálogo sobre o direito de reivindicar os direitos.

Em um momento de destituição do Estado de direito, quando foram perseguidas as formas existentes de ação política, a igreja apareceu como corpo institucional capaz de organizar-se para atuar como base para a articulação e atuação de sujeitos coletivos e grupos comunitários. Era uma instituição presente em praticamente todos os municípios do país, possuía influência junto a todas as classes sociais, tinha recursos para mobilizar ações que pudessem ser planejadas,

²⁴ Para mais veja-se: SADER, Eder, Quando Novos personagens entram em cena Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

havia consolidado uma imprensa funcional e uma rede de comunicação nacional e internacional. Essa estrutura passaria a auxiliar na expansão dos movimentos de base, que utilizariam tais recursos para consolidar suas táticas e estratégias.

Apesar das denúncias feitas pelo Papa sobre as violações dos direitos humanos que ocorriam no país, alguns setores hegemônicos da igreja continuavam muito próximos do regime ditatorial, enquanto que uma grande ala se mantinha alheia aos problemas políticos que o país enfrentava, como o caso do cardeal Dom Agnelo, reconhecido pela sua fala contida sobre as barbaridades do governo de Emílio Garrastazu Médici em São Paulo. No Rio de Janeiro a comissão Bipartite (treze militares e onze bispos) reuniu durante quatro anos membros privilegiados da igreja e setores estratégicos do governo. Atuou durante os anos de 1970 até 1974, e representou a tentativa de aproximação e comunicação de um grupo conservador do clero brasileiro, interessado em negociar seus interesses junto aos militares.

“Apesar de que, por diversas vezes, houvesse motivos para a condenação das violações praticadas pelos militares contra os operários (greve de 1968 em Osasco) ou contra agentes clericais e pastorais da Igreja (em São Paulo, em 1969 e 1971), a hierarquia conservadora do clero estendia ramos de oliveira aos inimigos da igreja e do povo”. (DELLA CAVA, página 17, 1986).

A atuação de setores mais conservadores da igreja, inseridos em núcleos de diálogo com o regime, impossibilitou uma ruptura maior entre a Igreja Católica e o Estado. Mas a aproximação de setores do clero junto aos militares era constantemente questionada por membros da igreja que possuíam uma atuação mais voltada às causas populares. Nos anos mais cruéis do regime, a distinção das práticas de ação dos membros das diferentes alas se intensificou, a ponto de serem percebidas no interior de instituições da Igreja, como a CNBB. Os progressistas atuavam em um número cada vez maior de iniciativas contra o regime e o bloco conservador, a ponto de incitar a Igreja a uma posição de embate com o Estado.

Houve um esforço de setores da igreja católica do Brasil para trazer o país de volta ao Estado de direito, este esforço ocorreu em meio a disputas intensas entre grupos católicos que possuíam posições distintas e por vezes antagônicas com relação ao governo militar e a atuação dos leigos no interior de uma nova igreja, que se edificava sobre as bases populares organizadas em seus grupos de comunidades atuantes. Esta base crescia e passava a desempenhar novos papéis no interior da

igreja, pressionando as altas camadas do clero e sustentando o posicionamento cada vez mais claro da CNBB em defesa dos direitos humanos.

O crescimento da igreja popular representou uma grande novidade no campo político do período de transição do regime. Os sujeitos que nela atuavam foram em muitas ocasiões às lideranças e o corpo de novos movimentos sociais, nascidos a partir de grupos organizados no interior das igrejas católicas espalhadas pelas periferias do país. Em um momento na qual as principais oposições ao regime estavam amordaçadas, sobretudo as esquerdas, golpeadas após a destituição da resistência armada, a perseguição aos grupos organizados e os partidos políticos, a intervenção nos sindicatos e comissões de fábrica. O espaço das igrejas surgiu como uma novidade política possível, onde a organização comunitária se mostrou atuante em defesa dos interesses das classes populares através da utilização dos mais variados meios de ação que estavam à disposição no período.

O fenômeno dos sujeitos coletivos formados no interior da igreja católica no período ditatorial é assunto de interesse contínuo de nossa historiografia. Muitos trabalhos buscaram compreender os motivos para a expansão desta forma de organização popular, analisando as raízes para tal florescimento de grupos de leigos a partir das mudanças de posicionamento nascidas no interior da igreja católica. Outros buscaram analisar a especificidade da formação, ação e objetivos destes movimentos em relação à conjuntura social e política de um determinado período. O fator em comum é que essa forma de organização tem sido minimamente homogeneizada através do conceito de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que designa grupos de diferentes posições, interesses, atuações, experiências e formações, que partilhariam a sua ligação com a igreja católica, assim como a sua atuação no interior dos bairros e cidades a partir da estrutura clerical existente, e que receberiam através deste relacionamento a influência de setores do clero. Na utilização deste conceito, esses poucos pontos em comum seriam suficientes para classificar coletividades diversas, que poderiam atuar como grupos de benfeitores, comunidades de leitura da bíblia e pregação do evangelho, de manutenção e limpeza da paróquia, associações de bairro, escolas de base, coletivos operários, grupos de diversos tipos trabalho, coletivos de mães e mulheres, entidades de direitos humanos, de trabalhos ligados à questão da terra, de grupos contra a carestia dos alimentos, contra a violência policial, em favor da saúde e de outras

formas múltiplas que caracterizavam a sua existência em relação à resistência política, para citar algumas atuações existentes.

Por sua vez, entendemos que cada grupo possuía seus interesses e objetivos ligados à realidade coletiva vivenciada. Em cada paróquia onde floresceram grupos atuantes foram elaboradas formas específicas e partilhadas de ação, estratégias para conquistar os objetivos, linhas de pensamento e compreensão da realidade e modos de se relacionar com outros grupos. Estes fatores estavam intimamente relacionados com a fé coletiva, com os entendimentos extraídos do evangelho e com a forma como se constituía a paróquia em relação à comunidade. Havia ainda uma estrita ligação com a experiência de organização social que muitos sujeitos traziam de suas vidas para as comunidades, essa relação explicaria não só a influencia das ideologias de setores da esquerda, mas também o uso e o intercambio de práticas consolidadas de organização e ação que eram oriundas de matrizes políticas mais tradicionais, como os sindicatos, as comissões de fábrica e os partidos.

A partir de 1976 a arquidiocese de São Paulo buscou estruturar planos de ação para promover as CEBs, de modo que passassem a atuar embasadas nas orientações que o planejamento da arquidiocese propunha. De acordo com Ralph Della Cava (1986), apesar dos projetos pastorais e das recomendações fomentadas pela cúria paulistana, esta ação da Igreja possibilitou a multiplicação das comunidades em toda a arquidiocese, mas *“independentemente da intenção original dos arquitetos eclesiásticos, as CEBS ganharam vida própria”*. (DELLA CAVA, pág. 21, 1986).

Segundo o autor, no período por nós abrangido, existiriam cerca de 80.000 comunidades eclesiais de base espalhadas por todo o país. De acordo com o relatório quinquenal de 1975-1980 da arquidiocese de São Paulo, em Osasco existiam 116 centros comunitários (ligados as CEBs) e 38 paróquias. Os documentos da semana de direitos humanos de Osasco, produzidos pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco, de janeiro de 1979, evidenciam a articulação de comunidades ativas nos bairros de Helena Maria, Piratininga, Jd. Veloso, Munhoz, Quitaúna e KM 18. Nestas comunidades os sujeitos participavam de movimentos sociais diversos, como clubes de mães, grupos de saúde, coletivos trabalhistas, grupos contra a violência policial e na maior parte das vezes, grupos que buscavam melhorias para os bairros com relação à infraestrutura e na reivindicação de políticas públicas que beneficiassem os moradores.

A cidade de Osasco, localizada na região oeste da área metropolitana de São Paulo, foi um bairro da Capital paulista até 1962, quando conquistou sua emancipação política. A cidade possuía muitos parques industriais com ampla oferta de emprego, que atraía uma população operária em grande número para a cidade. A população crescia a um ritmo de quase 10% ao ano²⁵.

Os bairros existentes eram incapazes de absorver a enorme demanda e a maior parte da cidade era cortada por fazendas e algumas áreas de produção agrícola. Nos bairros que nasciam nas regiões periféricas as residências chegaram muito antes da infraestrutura mínima para a garantia de qualidade de vida da população. Quase sempre construídos com poucos recursos e através do improvisado, esses novos bairros nasciam com amplos problemas de infraestrutura, que não acompanhava o ritmo acelerado do aumento populacional. Isso levou ao quadro de dificuldades que os moradores enfrentaram durante os anos seguintes, como a falta de energia elétrica, de água encanada e asfalto; a poluição e sujeira dos córregos; a ausência de saneamento básico, de postos de saúde e escolas. Em áreas ocupadas, a população ainda convivia com disputas pela posse dos terrenos e com a constante ameaça de despejo. Existiam situações de extrema pobreza, sobretudo dos migrantes que chegavam com suas famílias à procura de trabalho. Nestes bairros, muitos sujeitos vivenciavam a ausência de condições básicas para a sua sobrevivência. Com escassos recursos para alimentação, sofriam com a falta de água encanada, de coleta de lixo e de estruturas públicas, como hospitais e escolas. Viviam em residências construídas de forma precária, geralmente localizadas em locais insalubres.

Este contexto favorecia a união dos moradores em torno de grupos que atuassem sobre as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos nos bairros mais pobres. Entre os mecanismos de ação coletiva desenvolvidos, se destacam as comissões de bairro, nascidas em um processo dialógico com a formação dos grupos comunitários no interior das igrejas, que por vezes se confundiam com as próprias CEBs. As comissões de bairro se organizavam através da reunião de moradores em torno de pautas comuns ao bairro, eram formadas por sujeitos que buscavam melhorar aspectos da infraestrutura e para reivindicar junto ao governo da cidade benefícios para o seu local de residência. Estes grupos eram formados por sujeitos que

²⁵ Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

frequentavam a mesma paróquia e que se reuniam no interior da igreja católica mais próxima. Em locais onde a formação crescia os moradores consolidaram suas associações, que por vezes recebiam o auxílio da própria igreja. Em alguns dos novos bairros, as associações chegaram antes das igrejas, construídas com o auxílio da comunidade, que cedia a mão de obra e ajudava no custeamento das despesas. Eram comuns os mutirões de construção, formados por moradores que cediam sua força de trabalho em horários disponíveis para edificar os elementos necessários para o bairro, como as pontes construídas sobre os córregos, assim como a residências dos vizinhos e familiares. Assim, a história das associações de bairro e das CEBs aparece intimamente conectada.

Através da estrutura criada pelas CEBs e pelas associações de bairro, muitos movimentos sociais do período foram aparelhados. Por variados interesses, sujeitos coletivos utilizaram as formações e as comissões criadas no interior das comunidades, para que desempenhassem funções dentro de movimentos e desenvolvessem pautas específicas.

Os movimentos nascidos no interior das CEBs utilizavam a sua estrutura organizacional, partilhavam de seus métodos e estratégias de ação. Estes movimentos possuíam um caráter fluido, eram unidades coletivas de ação que se expandiam e se fragmentavam de forma veloz. Permaneciam quase sempre um mesmo conjunto de sujeitos, que participavam de diversas frentes de ação na paróquia e encabeçavam as atuações comunitárias, apesar do caráter horizontal e democrático que as tomadas de decisão geralmente conservavam, seja através de assembleias ou da escolha de grupos específicos para cada função do movimento. Ao passo que cresciam passavam a assumir uma postura mais independente em relação às CEBs e a igreja, articulando seus espaços de ação para fomentar suas próprias estratégias, sem que com isso deixassem de receber a influência dos círculos de religiosos, que formavam as suas fileiras militantes.

A formação dos primeiros coletivos de bairros organizados no interior de paróquias teve início em Osasco ainda na década de 1960, muito antes das primeiras orientações da igreja para a articulação desta forma de comunidade e mesmo das propostas de formação de uma igreja de base. A experiência dos coletivos de moradores precedeu os projetos das camadas decisórias do clero, sendo fundamentais para as propostas de articulação que a igreja passou a fomentar a partir do final da década de 1960.

No início da década de 1960, na paróquia de Imaculada Conceição, bairro do KM 18, moradores organizados na igreja formaram um coletivo para a realização de tarefas de assistência ao bairro em que moravam. Eles promoviam a doação de alimentos, fomentavam campanhas de auxílio aos desempregados e por vezes, aos grevistas que eram demitidos pelos patrões e perseguidos pelas autoridades²⁶.

Outra experiência coletiva importante no período ocorreu no bairro de Vila Yolanda, local onde se constituiu uma grande população operária que atuava nas áreas industriais da zona sul de Osasco. Nesta Vila, alguns moradores começaram a se reunir através da igreja do bairro para a promoção de atividades litúrgicas e obras de caridade. Nos anos finais da década de 1960 missionários franceses, pertencentes à missão operária São Pedro e São Paulo²⁷ (MOPP), se deslocaram para a paróquia do bairro e iniciaram o projeto de organização de uma comunidade de base.

Essas formas de organização com objetivos assistencialistas foram sempre comuns no interior das paróquias da região, a novidade do período foi o surgimento de uma nova postura com relação à condição socioeconômica dos moradores e a estrutura do bairro em que viviam. Em um intenso diálogo com o que presenciavam através de sua participação no movimento sindical, marcado pelas greves metalúrgicas de 1968 e pelas comissões de fábrica, estes moradores passaram a levar a experiência de organização dos movimentos operários para dentro dos coletivos de bairro. O diálogo entre o assistencialismo dos coletivos da paróquia com as formas de atuação do movimento sindical resultou na constituição de um Centro Social ativo, que buscava atuar para o benefício da comunidade e das pessoas mais pobres do bairro, mas que passou a desenvolver táticas pacíficas de reivindicação, voltadas para a defesa dos direitos dos moradores, utilizando as normas burocráticas existentes para questionar as dificuldades que enfrentavam através de um intenso debate com o Estado. Como aponta Jesus:

“Embora as reivindicações do grupo de moradores não tenham sido atendidas imediatamente, é interessante notar que os atos foram fonte de uma politização a partir do reconhecimento dos seus direitos

²⁶ Veja-se COUTO, *Greve na Cobrasma: Uma História de Luta e resistência*. Dissertação de mestrado em História, PUC- SP. 2003.

²⁷ A missão operária São Pedro e São Paulo foi fundada pelo dominicano francês Taigo Loew, cujo objetivo era levar o cristianismo para locais pobres com grande número de operários através de missionários que presenciem a experiência das populações trabalhadoras em comunhão de destino. Acreditamos que a existência de elevado nº de operários tenha sido o princípio motivador da ida dos missionários para o bairro de VI. Yolanda.

e da consciência de que não só o comparecimento na prefeitura era suficiente, assim fazendo com que os moradores passassem a encaminhar suas ações de acordo com as normas burocráticas exigidas pela política institucional, portanto petições endereçadas corretamente às secretarias responsáveis da prefeitura, abaixo-assinado encaminhado a vereadores e prefeito e manifestações em frente à prefeitura ou no bairro, com documentos em mãos, como prova de que o manifesto visava ter uma resposta ao pedido documentado²⁸”.

Não podemos conceber que de um momento para outro todos os bairros se transformaram em local de ebulição de movimentos sociais que se estruturavam a partir de uma identidade partilhada e de uma experiência em comum para todos os moradores. Os problemas comunitários foram uma causa de aglutinação de interesses por parte dos moradores, como outras formas de identificação que existiam. O time de futebol do bairro, as rodas de conversa, as mesas dos bares, a identificação por idade, gostos e formas de comportamento, são elementos que sempre consolidaram identidades em comum, assim, o bairro pode ser visto como um local de articulação e cruzamento de experiências que formam costumes e práticas que podem ser partilhadas pelos sujeitos. A mudança que passamos a perceber em meados da década de 1970 se dá com relação à centralidade das paróquias e dos grupos que dela faziam parte na construção de movimentos que buscavam reivindicar melhorias para os bairros, e diziam falar em nome dos moradores de um determinado local. A paróquia era, assim, um novo local de organização política, onde interesses e necessidades eram comungados, se transformando em um ponto de partida para a consolidação dos novos movimentos sociais.

Por vezes, poucos moradores faziam parte das comunidades e dos movimentos que se formavam, hora estes movimentos inchavam e recebiam a participação de um número maior de sujeitos, em outros momentos o movimento minguava e ficava restrito a um pequeno grupo de pessoas. Essa característica esteve presente em diversas comunidades, ocorrendo em derrotas e mesmo após a conquista das pautas solicitadas pelo coletivo. Portanto, é necessário separar e evidenciar a atuação das CEBs e dos sujeitos que dela faziam parte em relação aos bairros e o conjunto de moradores.

²⁸ Veja-se JESUS, Paulo Sergio de. Osasco: JOC, ACO e PO no movimento operário (1960-1970). Página 27. Dissertação de mestrado em História, PUC-SP, São Paulo. 2007.

Outro fator de extrema importância para a articulação de grupos comunitários no interior das igrejas foi a religiosidade. Constituía elemento formativo encontrado na experiência de muitos grupos comunitários que se formaram no período. A religiosidade representou um fator de aglutinação de pessoas e fomentou a identificação de moradores em grupos que se estruturavam a partir de uma leitura pessoal do evangelho e dos símbolos religiosos, identificados a partir de sua experiência. As atividades de leitura da bíblia, as rezas coletivas, os momentos de contato religioso foram elementos que possibilitaram o surgimento de uma fé compartilhada capaz de engendrar unidades de ação entre os leigos. As diferentes formas que a religiosidade destes grupos adquiriu foram quase sempre um ponto de partida para a estruturação de movimentos, que estiveram ancorados na religiosidade partilhada e na experiência de vida em comum.

Tal qual o entendimento de Ana Maria Doimo (1986), pesquisadora que buscou compreender a relação entre a religiosidade popular e os movimentos sociais nascidos a partir das comunidades de base da igreja católica, percebemos a religiosidade existente em torno dos grupos comunitários como um elemento capaz de centralizar a ação e os interesses coletivos em torno de uma causa comum, que era partilhada pela experiência coletiva cotidiana.

“(...) A religiosidade tem-se apresentado como um fator de aglutinação das pessoas e como um elemento mantenedor de identidades grupais, à medida que se sobrepõe a pequenas clivagens, nivelando interesses, proporcionando unidade na ação e mantendo setores populares relativamente mobilizados e predispostos a participarem em movimentos sociais reivindicatórios e de protesto”. (DOIMO, 1986, pág. 123).

Havia uma integração entre a atuação social e as formas de fé coletiva, que estavam naturalmente integradas no cotidiano dos coletivos organizados nas paróquias desde a sua fundação. Para os sujeitos que atuavam nas comunidades da cidade não havia uma separação direta entre a religiosidade e a atuação social. Exemplo disso pode ser observado nas formas de atuação que a comunidade do bairro de Vila Yolanda desenvolveu. Em 20 de abril de 1982 parte do coletivo se reunia para dialogar sobre o projeto de conscientização das famílias do bairro para a participação nos atos contra a violência policial e para análise de reportagens sensacionalistas sobre a violência urbana. A reunião, que durou duas horas, era parte da ação de sujeitos da comunidade que operavam no Centro de Defesa dos

Direitos Humanos e estavam atuando em um caso de assassinato causado pela Polícia Militar. Entre as propostas da comunidade estavam à preparação de uma denúncia coletiva em forma de carta a ser endereçada para os chefes da polícia e a imprensa, onde seria relatado o histórico de uma das vítimas da violência policial, por outro lado os participantes decidiram solicitar a realização de uma missa em homenagem ao aniversário de um mês de morte da vítima. A celebração seria realizada pelo Padre Agostinho, preparada pelo CDDHO, pela Pastoral de Direitos Humanos, pela família e por um membro da comunidade. Nela seriam lembrados os casos de violência sofridos pela comunidade e o padre faria uma homilia contra a violência. A comunidade, portanto, havia proposto uma tática de ação para a demanda do coletivo através da denúncia dos abusos perpetrados pela polícia, todavia, articulou esta proposta com a realização de uma celebração religiosa onde também efetivaria ações direcionadas para o caso em pauta. Articulava-se, assim, práticas religiosas com ações sociais efetivas.²⁹

Contudo, a religiosidade coletiva não foi o único fator de motivação para o engajamento político comunitário. Por mais que tenha possibilitado a formação de uma identidade coletiva, a religiosidade sempre esteve aliada a fatores da experiência cotidiana dos sujeitos. As comunidades orientaram a sua atuação para os problemas que enfrentavam, buscavam diminuir as suas dificuldades e agir sobre as mazelas que enfrentavam todos os dias. Existiam dificuldades imensas na promoção de outras formas de atuação mais tradicionais, como os sindicatos e os partidos políticos, assim, a igreja se transformou na principal matriz de ação coletiva. Acreditamos que os movimentos sociais nascidos no período foram influenciados pela religiosidade das comunidades e pelos aspectos da fé dos sujeitos, mas suas ações se deram a partir da ação sobre sua condição sócio histórica. Aliada a aglutinação consolidada pela fé havia uma série de precariedades e contradições materiais que faziam parte da experiência coletiva e que fomentavam a atuação comunitária, como o arrocho salarial, o saldo das crises econômicas, as precariedades dos bairros e a péssima condição de trabalho nas fábricas.

José Roberto Alvarenga (2001) se aproxima desse entendimento quando realiza uma análise da comissão de justiça e paz, buscando compreender as

²⁹Relatório de reunião do CDDHO com a comunidade de Vila Yolanda, fundo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco, CEDIC, s/n.

motivações religiosas preponderantes para o engajamento político da entidade. Ele demonstra como a fé foi capaz de moldar identidades coletivas que motivaram os sujeitos para a mobilização política em vista de construir a transformação de sua realidade social.

“Os participantes dessas organizações moldam sua percepção da realidade a partir desses valores e da sua identidade, permeadas pelos princípios religiosos compartilhados pelo grupo. Tal percepção permite-lhes-ia atribuir oportunidades ou ameaças políticas que poderiam influenciar o engajamento político, de acordo com a interpretação dos seus contextos sócio-políticos” (ALVARENGA, página 11, 2001).

Com relação a atuação dos coletivos ligados a igreja, havia a aproximação entre os movimentos pastorais e as CEBs. Em Osasco a Pastoral Operária (PO) esteve atrelada as comunidades a o movimento sindical, que se estruturava nos bairro através de oposições sindicais, contrárias ao peleguismo dos sindicatos intervencionados pela Diretoria Regional do Trabalho, sobretudo após as greves de 1968. A PO dialogava sobre as dificuldades existentes na realidade operária da cidade, sendo um dos pilares para a consolidação de novas propostas sindicais. Dela participavam militantes que haviam atuado nos antigos sindicatos e outros que passavam a compor as novas fileiras da classe operária na cidade. Havia o relacionamento entre os setores atuantes no movimento operário com as CEBs e as pastorais sociais.

Por vezes um mesmo sujeito cruzava diversos movimentos, funcionando como um condutor que compartilhava experiências organizativas e práticas de ação. Essas atuações permitem caracterizar o movimento comunitário como um conjunto de coletivos que atuavam em rede, fator que possibilitava a estruturação das ações comunitárias e fomentava o intercambio da experiência.

Os operários organizados em coletivos recebiam orientações da igreja através da Pastoral Operária, que ensinava métodos de organização coletiva e buscava estabelecer um dialogo ativo com outros coletivos espalhados pela arquidiocese de São Paulo. Os documentos oriundos da experiência organizativa eram compartilhados entre os grupos, favorecendo a organização simultânea de Oposições sindicais em toda região metropolitana de São Paulo. Se por um lado a igreja exercia influencia e buscava orientar o *modus operantes* dos coletivos de base, por outro, ela favoreceu a articulação dos operários ao proporcionar a

possibilidade de utilização de sua estrutura para a edificação de novos movimentos sociais.

Nos momentos de conflitos entre os operários e as classes patronais as comunidades se organizavam, engajavam-se em campanhas de coleta de fundos para a greve, recolhiam alimentos para a produção de cestas básicas para as famílias de operários demitidos e buscavam oferecer outras formas de suporte.

Movimentos organizados a partir das CEBs também colaboravam com os trabalhadores em variados momentos do período analisado. Exemplo disso foi vivenciado no Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco, movimento nascido na relação dos movimentos pastorais (Pastoral Operária e Pastoral dos Direitos Humanos) com entidades trabalhistas, como a Frente Nacional do Trabalho, oferecia o suporte de plantonistas fixos para o recebimento de denúncias de transgressões aos direitos civis e humanos dos trabalhadores das periferias da cidade. A entidade contava com a colaboração de sujeitos que atuavam nas comunidades de base da Vila Yolanda, do KL 18, do Jd. Veloso, da matriz de Santo Antônio, entre outras. A partir de um intenso trabalho de base e do recolhimento de contribuições de instituições internacionais (sobretudo da entidade alemã Pão Para o Mundo), o Centro contratava advogados para defender judicialmente os trabalhadores pobres, consolidando uma importante tática de defesa dos trabalhadores contra o Estado ditatorial e as classes patronais, utilizando, para isso, o mesmo pressuposto de legalidade que o regime se embasava para a consolidação de suas ações.

Como demonstra Jesus, a consolidação de bairros operários fomentava a estruturação de espaços onde a troca de experiências e o intercâmbio de práticas de organização, sobretudo entre as entidades católicas e os movimentos sociais, formavam um novo contexto para a politização dos sujeitos.

“As construções desses bairros operários tornaram-se espaço de politização, onde trabalhadores católicos ou não e membros da JOC, ACO, FNT, e PO discutiam estratégias de luta contra as péssimas condições de moradia e a política do país naquele momento que permitia o crescimento empresarial e o arrocho salarial ao trabalhador”. (JESUS, Página 14, 2006)

A relação entre comunidades e movimentos sociais revelava frutos na atuação política dos sujeitos. A comunidade era o combustível necessário para a construção de um movimento reivindicativo, ela engrossava as fileiras do

movimento, unia os moradores do bairro em torno de uma pauta, possuía voz e estratégias para unificar os múltiplos interesses existentes.

Na primeira reunião de contato com as comunidades o CDDHO, assim como outras entidades, buscava estabelecer um diálogo com os sujeitos atuantes nas CEBs, que poderiam auxiliar na divulgação do movimento. O Centro de Direitos Humanos procurava analisar o contexto do bairro para apresentar o trabalho sobre os direitos humanos que propunha realizar. Neste contato o centro identificou coletivos de moradores atrelados às paróquias, que acabavam sendo denominados pela Igreja como Comunidades Eclesiais de Base. Eram comuns grupos de saúde, que lutavam por melhorias no sistema público de saúde e para o acesso dos moradores; clubes de mães, que se organizavam para lutar pelas mães e mulheres, reivindicar melhorias para os bairros e para a qualidade de vida das famílias; e coletivos de moradia, que reivindicavam a posse de um terreno, a defesa de famílias que ocupavam uma área e de moradores ameaçados de despejo. Nestas reuniões, os coletivos se articulavam e esboçavam estratégias em comum que pudessem atender os interesses das comunidades e das entidades. Nasceram assim, mecanismos de ação unificados que acabavam por fortalecer a ação comunitária.

Eram comuns as passeatas até a estação de trem ou a prefeitura, o preenchimento de abaixo assinados, a organização de assembleias coletivas, a contratação de advogados que poderiam defender judicialmente os sujeitos coletivos organizados, a formação de reuniões periódicas, a consolidação de aulas coletivas, de semanas de direitos humanos e outras formas construídas para fazer avançar a luta social.³⁰

Na documentação do CDDHO existem materiais relativos ao cotidiano da entidade, mas são comuns os folhetins das missas, as correspondências entre os movimentos, as solicitações de apoio de coletivos organizados nos bairros da cidade, documentos das pastorais sociais, projetos da diocese de Osasco, materiais das oposições sindicais. Estes revelam não apenas as características da atuação do CDDHO, mas o modo interligado como os movimentos e as CEBs se estruturavam e a intensa relação entre a prática da fé religiosa com a atuação social que estes sujeitos estabeleceram.

³⁰ Documento do CDDHO: O que deve ser tratado no primeiro encontro - 1980, fundo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco, CEDIC, s/n.

Em 1979 várias entidades haviam se destacado, e passaram a atuar de modo mais direto e independente das paróquias. Elas estabeleciam um contato direto com as comunidades de base e com outros movimentos, que partilhavam da mesma origem, mas passavam a trilhar suas próprias pautas e demandas. Neste período o CDDHO alugava uma residência para a realização de reuniões, a casa era emprestada para o movimento Batente, as pastorais sociais, a oposição sindical dos metalúrgicos, a Ação Católica Operária e grupos de jovens católicos, que se reuniam de modo discreto na residência, onde se passavam por integrantes do centro de direitos humanos. No início da década de 1980 as oposições sindicais consolidaram suas próprias sedes, alcançando maior independência, os movimentos operários se consolidaram em torno dos sindicatos, grupos de jovens diminuíram sua atuação e muitos sujeitos que atuavam nestes coletivos se deslocaram para grupos que se formavam no interior de partidos políticos³¹.

Muitos movimentos nascidos no período não prosperaram para além das pautas reivindicadas, outros, como os coletivos operários, se modificaram e passaram a incorporar novas demandas, como a conquista dos sindicatos pelegos. Após meados da década de 1980 a maior parte dos movimentos que atuavam em rede de colaboração através do vínculo com as pastorais sociais e CEBs, se tornaram autônomos, como as Oposições sindicais dos metalúrgicos, dos químicos e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

A igreja buscava retomar cada vez as diretrizes do trabalho pastoral, trazendo as pastorais sociais para dentro da unidade institucional da igreja e incentivando as iniciativas no campo estritamente religioso. Mesmo com a manutenção da estrutura das CEBs a nova diocese de Osasco acompanhou este movimento vivido pela Igreja Católica brasileira³². Para Ana Maria Doimo (1986) as novas diretrizes dos setores progressistas da igreja para o plano pastoral a partir de 1979 foram o motivo principal para o descenso dos movimentos populares urbanos no país. Acreditamos que este possa ser um dos fatores para as mudanças nas características dos movimentos urbanos do período, mas podemos estar estimando em excesso este processo.

³¹ Reunião do CDDHO com outras entidades: 24-05-1979, fundo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Osasco, CEDIC, s/n.

³² Entrevista do Bispo de Osasco para o jornal "Passo a Passo", fundo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco, CEDIC, s/n.

No início da década de 1980 movimentos de Osasco, sobretudo o CDDHO, participaram das reuniões de fundação da ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais), onde expandiram sua articulação com o objetivo de fundar uma entidade representativa em comum. Estas ações acabaram por enfatizar uma nova posição dos movimentos sociais ligados as CEBs e as Igrejas. Com a democratização em curso, buscavam agora a promoção de uma forma de atuação que respondesse no plano político aos interesses das classes populares, a partir destas mudanças, passava-se a esperar que esta atuação ocorresse em um nível de ação partidária. Alguns anos mais tarde parte dos sujeitos que atuavam nos movimentos de bairro passaram a compor novos quadros de partidos políticos, sobretudo do Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980.

Como propôs Ana Maria Doimo (1986), a fundação do PT representou no campo político partidário a edificação da estrutura organizacional que as CEBs haviam consolidado anos antes.

“A sua estruturação em núcleos, para além do que poderia representar no sentido de driblar o verticalismo e o caráter antidemocrático da Lei Orgânica dos Partidos, expressava no plano Político, a estruturação da Igreja em CEBs – pulverizadas nos bairros, nas categorias operárias e no meio rural”. (DOIMO, página 113, 1986).

Acreditamos que houve um deslocamento de práticas e objetivos com a nova configuração política do país após 1985. Este foi um dos fatores, entre outros, que favoreceu o deslocamento do espaço político, que se esvaziou do cotidiano dos bairros e das paróquias e passou a encorpar os sindicatos, partidos políticos e demais instituições do Estado de direito. Entretanto, não buscamos apresentar aqui a resolução desta problemática.

Conclusões Finais

Não existe uma linha específica de análise que possa iluminar o conjunto da experiência das CEBs enquanto um fenômeno coeso e homogêneo. O aparecimento e a organização de cada grupo social refletiu mais a realidade vivida e presenciada por cada comunidade do que a conjuntura existente. Em cada local leigos se reuniam a partir de assuntos que faziam parte da sua vivência cotidiana e coletiva, muitas vezes em relação a formas específicas de religiosidade que se traduziam por vezes em aceitação e em outras em formas de luta e resistência. Deste modo, para que seja possível uma análise da experiência formativa das comunidades organizadas a partir da igreja católica na cidade de Osasco, acreditamos ser necessário buscar uma linha de raciocínio que relacione a conjuntura que formou o contexto histórico dos movimentos com a sua estreita experiência formativa, trazendo a relação entre as mudanças estruturais com as diferentes formas de apropriação e interpretação que os sujeitos fizeram nas suas formas de organização cotidianas.

Como demonstramos nesse trabalho, foram importantes para a nova relação entre religiosidade e atuação social pelos leigos as novas ideias e propostas teológicas oriundas do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín. Fruto deste período, a teologia da Libertação, proveniente das mudanças de pensamento de parte do clero latino americano, trouxe a possibilidade de uso de novas abordagens sobre fé e atuação social pelos leigos. Foi inovadora ao situar as comunidades como os próprios sujeitos na luta contra as injustiças materiais, em torno de um projeto de libertação que teria suas raízes nos próprios ensinamentos do evangelho. Ela foi usada pelos projetos pastorais e pelas comunidades como ferramenta de reflexão e preparação para a ação, mas como demonstramos, ela fez chegar a um contexto de luta social já bastante avançado na cidade de Osasco. Este contexto esteve relacionado ao arcebispado de Paulo Evaristo Arns, que incentivou a aproximação da igreja de São Paulo das periferias, ampliou o trabalho dos leigos, estendeu essa atuação a uma esfera mais social, lutou pelos direitos humanos, combateu formas existentes de injustiça e propiciou a organização das comunidades de base em toda a arquidiocese. Todavia, os sujeitos que passaram atuar nas igrejas e que utilizaram estes novos espaços para a construção de suas

formas de reivindicação, que passavam a ocorrer em inúmeros movimentos de bairro, demonstraram que eram sujeitos de sua própria organização e luta.

Todas as formas de organização coletiva em torno das paróquias que observamos nesse trabalho levaram-nos a perceber que os sujeitos edificaram as comunidades eclesiais de base em torno das necessidades e interesses de sua realidade social, em negociação com as forças existentes no interior da estrutura clerical e em relação com o contexto histórico de seu tempo. Essa construção esteve acompanhada de trocas de experiência, relações entre sujeitos e movimentos, circularidade de práticas e formas de organização. Foi ainda, consolidada em diálogo com a experiência das classes populares da cidade e da região, trazendo inúmeros aspectos do movimento operário e de outras formas de organização que os sujeitos haviam presenciado. O próprio declínio da força operante das CEBs evidencia o modo como os sujeitos buscaram estabelecer, neste canal possível de luta em uma época de poucas alternativas, as suas pautas e demandas, que passariam a migrar após 1985 para novos movimentos, mais hierárquicos e lineares com relação a sua forma de organização e seus objetivos.

As Comunidades de Base de Osasco diminuíram sua atuação política após a década de 1980 ao passo que os sujeitos que dela atuavam se deslocaram para movimentos e instituições autônomas, favorecidas pelo processo de abertura do sistema político que esteve mais branda a formas definidas de luta social, como os partidos políticos e os sindicatos. Todavia, isso não significou que no plano de atuação social ou no cenário político as CEBs tenham deixado de ter importância. O modo como os sujeitos que dela participavam exploraram os espaços possíveis de ação social e política possibilitou a criação de novos canais de democracia popular, moldou novas relações entre a prática comunitária e atuação política, estruturou a proposta de luta pelos direitos civis e humanos, formou as bases para ideia popular de cidadania, consolidou espaços de ação e luta contra formas opressivas do Estado, estimulou os sujeitos para formas de atuação política sobre a sua realidade material, articulou movimentos diversos em torno de pautas comuns e consolidou um dos canais mais importantes de participação popular para o processo de democratização do país. Estes legados estiveram presentes nos novos movimentos sociais e foram levados pelos sujeitos para suas futuras atuações, seja no sindicato, no partido ou nas instituições públicas.

Referências Bibliográficas

- ALBINO, Daniele. *O rural em Osasco*. Dissertação de Mestrado em Geografia Física - USP. São Paulo, 2014.
- BARBÉ, Domingos. *Teologia d Pastoral Operária*. Vozes. Ed. Petrópolis. RJ, 1983.
- BLOCH, MARC. *Introdução à História*. Coleção Fórum da História. Lisboa: Europa América. 1997.
- BOFF, Leonardo. *O caminhar da igreja com os oprimidos*, 2ª ed. Rio de Janeiro, Codecri,1991.
- BOFF, Leonardo. *Como Fazer Teologia Da Libertação*. Vozes. 1999.
- BURKE, Peter. *História como memória social*. In: Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 67-89. 2000.
- BRITO, Celso Roberto de. *Contribuição ao estudo do poder em Osasco – Um estudo geográfico-político*. Tese de doutorado em Geografia Política, USP. São Paulo, 2009.
- CAVA, Ralph Della et al. *A igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. CEDEC, Rio Grande do Sul, 1986.
- CERTEAU, Michel de: *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 2007.
- CONSTANTINO, Wagner. *A porção oeste da Região Metropolitana de São Paulo no contexto do desadensamento da Metrôpole: o surgimento de uma nova centralidade em Osasco*. Dissertação de Mestrado em Geografia - USP. São Paulo, 2009.
- COUTO, *Greve na Cobrasma: Uma História de Luta e resistência*. PUC- SP. 2003.
- ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP: EDUC: PUCSP, 2003.
- FRUTOSO, José Roberto de Alvarenga. *Valores e identidade coletiva no engajamento político da comissão brasileira de justiça e paz*. Dissertação de mestrado em Ciências Políticas. UNB. Brasília, 2001.
- HALL, Stuart. *“notas sobre a desconstrução do popular” Em Da diáspora: identidades e mediações culturais*. UFMG, Belo Horizonte, 2003.
- FOULCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- _____, Michael. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- JESUS, Paulo Sergio de. *Osasco: JOC, ACO e PO no movimento operário (1960-1970)*. PUC-SP, São Paulo. 2007.

- LE GOFF, Jacques. *Memória e Documento Monumento*. In: História e Memória. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- MARQUES, Mariângela de Souza. *Gustavo Gutierrez: a igreja católica da teologia da libertação (1963-1971)*. Dissertação de mestrado em História, UERJ, Rio de Janeiro, 2012.
- OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. *O Grupo (De Esquerda) de Osasco – Movimento Estudantil, Sindicato e Guerrilha (1966-1971)*. Dissertação de Mestrado em História Social - USP. São Paulo, 2011
- PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- PAOLI, Maria Célia. *Movimento sociais, cidadania e espaço público: Perspectivas brasileiras para os anos 90*. Revista crítica de ciências sociais, nº 33, São Paulo, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2ª ed. Autêntica, 2004.
- PORTELLI, Alessandro. *Forma e significado na história oral: A pesquisa como um experimento em igualdade*. In: Projeto história Nº 14. Biblioteca, 1996. & Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: Projeto história Nº 15. Biblioteca, 1997.
- RIZEK, Cibele Saliba. *Osasco - 1968: A experiência de um movimento*. PUC-SP, São Paulo 1988.
- RODRIGUES. Cátia Regina. *A arquidiocese de São Paulo na gestão de D. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)*. Dissertação de Mestrado em História Social - USP. São Paulo, 2008.
- ROMERO, Mariza. *Inúteis e Perigosos. O diário da “noite” e a representação das classes populares, São Paulo 1950-1960*. PUC-SP, São Paulo, 2004.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Osasco 1968: A greve no feminino e no masculino*. Tese de doutorado em História Social, USP. São Paulo, 2012.
- SADER, Eder, *Quando Novos personagens entram em cena Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1981, p 180 a 201.
- _____, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 vols, tradução de Denise Bottman. São Paulo, 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Democracia e Igreja Popular*. Editora EDUC, São Paulo, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. RJ, Editora Zahar, 1979.